



SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL,
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DO MUNICÍPIO DE LISBOA



Rua de S. Lázaro, 66 1º Dtº 1150-333 Lisboa
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29
stml@stml.pt

RESOLUÇÃO

Aumentar os salários, valorizar os trabalhadores!

A luta vai continuar!

A cerca de um ano do fim da atual legislatura e no momento em que se aproxima a elaboração do Orçamento de Estado para 2019, é hoje evidente que se o País apresenta sinais de crescimento económico, isso deve-se à luta dos trabalhadores e do povo que foi determinante para afastar o governo PSD/CDS e para alterar a relação de forças na Assembleia da República, que abriu caminho a um processo de reposição de direitos e rendimentos que estimulou o consumo e o mercado interno.

Porém, a submissão do Governo PS às imposições da União Europeia e do Euro, a sua convergência com o PSD e o CDS e os interesses do grande capital em questões fundamentais, como é o caso da legislação laboral, não só impediram que se fosse mais longe, como torna igualmente clara a necessidade de romper com esta política para resolver os problemas estruturais do País, melhorar os serviços públicos, valorizar e dignificar os trabalhadores.

Na Administração Pública, o posicionamento por parte do Governo tem-se traduzido na recusa contínua de aumentos salariais anuais, num sector onde os salários se mantêm congelados há nove anos, enquanto a inflação acumulada no período 2009-2018 se situa em 12,2%, o que, conjugado com os descontos efectuados para a ADSE, CGA e IRS provocou, em média, no caso da Administração Local, uma quebra real do salário de 17,3%!

O Governo não pode ignorar que existem na Administração Local milhares de trabalhadores que não sabem o que é um aumento salarial, uma promoção ou uma progressão na sua carreira, sendo que as progressões registadas nos últimos anos resultaram dos baixíssimos salários existentes. Alguns viram o seu salário subir apenas porque aumentou o salário mínimo nacional. No entanto, a revisão da tabela salarial dos assistentes operacionais, consagrada no actual Orçamento de Estado, não viu ainda a luz do dia.

A política de congelamento salarial está ainda inscrita nos chamados «Plano Nacional de Reformas» e em particular no «Plano de Estabilidade para 2018-2022», onde se prevê a redução das despesas com pessoal da Administração Pública, atingindo em 2022 cerca de dez por cento do PIB, valor que compara com os 11% em 2017, sendo que este é o valor mais baixo dos últimos 29 anos.

As carreiras profissionais continuam bloqueadas e as propostas de revisão, nomeadamente, das carreiras não revistas, visam a sua desvalorização; o processo de regularização da precariedade continua a revelar enormes injustiças e atrasos, e persiste a utilização de formas de contratação ilegais para suprir necessidades permanentes; mantém-se a recusa na atribuição e regulamentação dos suplementos e a injustiça no regime de acidentes em serviço, entre outras.

Num quadro em que muitos destes problemas permanecem por resolver e se agravam, o Governo força um processo de transferência de competências para as autarquias, que põe em causa o acesso a direitos estruturantes, como a saúde e a educação e os direitos laborais de milhares de trabalhadores envolvidos.

Este rumo não pode continuar! O Governo tem de cumprir os compromissos que assume e tem de responder, desde logo, no âmbito do próximo Orçamento de Estado, às justas reivindicações dos trabalhadores e de avançar na resolução de problemas cuja persistência compromete o bem-estar dos portugueses, o funcionamento dos serviços públicos, o desenvolvimento e o progresso do País.

Assim, os Dirigentes, Delegados e Activistas do STAL e do STML, reunidos em Plenário Nacional em 14 de Setembro de 2018, exigem do Governo:

- Aumento real dos salários e das pensões em 4%, acrescido do valor da inflação em 1,5% devidos em 2018, com um mínimo de € 60,00 por forma a iniciar a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;
- Atualização do salário mínimo da Administração Pública para € 650,00 e revisão da Tabela Remuneratória única com base nesse salário mínimo como primeira posição e conseqüente subida nas demais posições remuneratórias;
- Atualização do subsídio de refeição para € 6,50;
- Descongelamento das posições remuneratórias em todas as carreiras e categorias, sem faseamentos e garantindo o pagamento integral da valorização remuneratória a quem se aposente;
- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- Revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema de avaliação sem quotas, transparente, equitativo e justo;
- Reposição do valor das horas extraordinárias (acréscimo de 50% na primeira hora e de 75% nas seguintes em dias úteis e de 100% em dias de descanso) bem como a reposição do descanso compensatório;
- Regulamentação dos suplementos de insalubridade, penosidade e risco, de isenção de horário, de prevenção, de disponibilidade e tempo de espera nas carreiras em que tal seja aplicável;

- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Reposição dos dias de férias, garantindo um mínimo de 25 dias, majorados com dias pela idade e tempo de serviço, independentemente do vínculo laboral;
- Aplicação das 35 horas para todos os trabalhadores em funções públicas e para o sector público empresarial;
- Erradicação de todas as formas de precariedade, assegurando que a necessidades permanentes correspondam vínculos permanentes;
- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses;
- Suspensão do atual processo de transferência de competências e a construção de uma efetiva descentralização, que passa pela reposição das freguesias, instituição da regiões administrativas, valorização do poder local democrático, reforço e elevação da qualidade dos serviços públicos;
- Exigir a negociação, valorização e regulamentação de todas as carreiras específicas não revistas, priorizando os bombeiros, polícia municipal, fiscais municipais e técnicos de informática;
- Exigir a atualização e valorização das carreiras profissionais de bombeiros das AH e lutar pelo direito à contratação coletiva, nomeadamente a negociação de um ACT;
- Exigir a publicação do ACT acordado com a administração das «Águas de Portugal».

Reafirmando a sua inteira disponibilidade para lutar por estes objetivos, os dirigentes, delegados e ativistas manifestam igualmente o seu empenho para dinamizar e participar nos combates que tiverem de ser desenvolvidos, caso o Governo não responda positivamente às reivindicações dos trabalhadores contidas na Proposta Reivindicativa Comum para 2019, apresentada pelos sindicatos da Frente Comum no passado mês de Junho, nomeadamente **a realização de um conjunto de acções a desenvolver a partir do início de Outubro e a mobilização dos trabalhadores da administração local para uma Jornada Nacional de Luta pelo aumento dos salários, a realizar em fins de Outubro, início de Novembro.**

Lisboa, 14 de Setembro de 2018